



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE UBERABA - MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO: MARIA TEREZA DA COSTA MACHADO LEÃO



Criação: Lei nº 3.492, de 18-12, de 1958
Data da instalação: 2-8-1960
Data de Implantação do Pj-e: 29-8-2013

jurisdição: Uberaba, Água Comprida, Campo Florido, Comendador Gomes,
Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Pirajuba,
Planura, Sacramento e Vespertino.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 30-7-2014, p.1.

1

~



ATA DE CORREIÇÃO

Às 12h00min do dia dezoito de agosto de 2014, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. LLi,-Ronan Neves Koury, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Uberaba, situada na avenida Maria Carmelita Castro Cunha, nº 60 - 3º andar - bairro Vila Olímpica, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela Juíza Titular, Dra. Maria Tereza da Costa Machado Leão; pela Diretora de Secretaria, Sra. Luciana Alves Bezerra Rarnos; pelos servidores André Luis Vieira, Antônio Donizetti Natal Villas Boas, Hellen Denise de Oliveira e Silva, Izilda Aparecida Borges Pincelli, Márcia Maria Souza Wehbe, Lenyendes Ribeiro Barros, Roney Santos Anjo, Silvana Rocha Lacury Silva, Simone Aparecida Soares da Silva e Valéria Facury de Paula Moreira; pelas estagiárias Jennifer de Azevedo Machado e Ludirnila Beatriz da Silva Vieira e Dor Damaris Fernanda Silva e Nathaly de Moraes Pessoa, funcionárias da FENEIS.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES - Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.131 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 14-8-2014, apurando-se a média de 8,14 processos por dia útil.

1.2. PAUTA - As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 18-8-2014, extraídos do PJ-e e do mapa de horários cadastrados do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) procedimento sumariíssimo: 1º-9-2014;
- b) procedimento ordinário: 7-11-2014;
- c) instrução: 24-7-2015.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS - A Vara recebeu 134 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 121 foram devolvidas para os juízos Deprecantes, conforme consulta realizada junto ao P)-e.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS - A Vara expediu 155 cartas precatórias em processos físicos até a presente data, neste ano, das quais 58 foram devolvidas pelos juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT - Existe o registro de 195 autos de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª R2GIÃO
CORREGEDORIA

processos físicos e do PJ-e na Instância Superior, sendo que desses, 142 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. ANÁLISE DE DESPACHO OU DECISÃO PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO - Há 9 processos para análise do PJ-e e B processos físicos com carga, todos no prazo.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS - Existem 87 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas.

1.8. CARGA PARA PERITOS - Constatam 30 autos de processos com carga, das quais 13 vencidas e cobradas e/ou com dilação do prazo deferida. Analisando o sistema do PJ-e, constatou-se que existem 189 processos para exame de peritos.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS - Constatam 209 mandados expedidos em processos físicos no ano em curso, dentre os quais 27 pendentes de cumprimento, todos no prazo e 19 mandados pendentes de cumprimento no PJ-e, também no prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS - Há 14 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO - Segundo Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador nº 7 refere-se à taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, que em 2013 foi de 53,43% com meta prevista para 2014 de 20,4%.

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - Existem 1.790 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.785 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) Não há processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 5 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, mês de junho de 2014.

Em relação às Varas do Trabalho de Uberaba, no ano 2013, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.273, constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

Conforme Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador nº 11,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

refere-se à taxa de congestionamento na fase de execução, que em 2013 foi de 75,03% com meta prevista para 2014 de 50%.

2. PROCESSOS EXAMINADOS - Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EMPATE - Na pauta do dia 18-8-2014 havia 11 processos:

- a) processos em andamento: 3 processos;
- b) procedimentos ordinários: 4 processos;
- c) instrução: 2 processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos do PJ-e 010345/13, 010421/13, 010738/14, 010837/14, 010839/14, 010849/14, 011162/14, 011163/14 e 011164/14, constantes na pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) elaboração: cronologia dos atos; 3) dos atos: certidões (artigos 161, 168, 169, PARÁGRAFO ÚNICO, e 171, do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do procedimento sumariíssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do (a) Juiz (a): sentenças e despachos.

Foram examinados os autos do processo físico 01231/13, constantes na pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos colados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, PARÁGRAFO ÚNICO, e 171, do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do procedimento sumariíssimo; b) atos (1ª Secretaria); c) atos do (a) Juiz (a): sentenças e despachos.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 011162/14, 011163/14 e 011164/14: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias).

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS - Exame dos autos dos processos 011092/14, 010910/14, 011102/14, 010838/14, 011080/14, 011262/14, 011254/14, 011208/14, 011161/14 e 011138/14 quanto: à regularidade do despacho "cumpra-se"; à expedição dos mandados (Provimento nº 1/2008, do TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução dos mandados; à regularidade do cumprimento das cartas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

precatórias.

RESULTADO Os processos encontram-se em ordem.

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS - Examinaram-se os autos dos processos físicos 01191/13, 01252/13, 01037/13, 01522/13, 01612/12, 010968/14, 011124/14, 010941/14, 010620/14 e 011186/14.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria Regional, quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara, quando da devolução dos autos.

RESULTADO examinados os autos, constatou-se:

- 010941/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - Foram examinados os autos dos processos físicos e eletrônicos 01373/13, 01555/13, 01384/13, 01503/13, 01655/13, 010034/14, 010251/14, 010189/14, 010278/14, 010639/14 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado; cumprimento da sentença ou êncordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação da sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACEN JLI), INFOJUD e RENA JUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições Previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento e cumprimento do Provimento nº 4/2001, do TRT da 3ª Região.

RESULTADO o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01655/13: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria - impulso oficial - f. 12 (mais de 20 dias);

- 010034/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (16 dias);

- 010278/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (19 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
COFIFIEGEIJORIA

- 010639/14: process:J sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação ela audiênci., com prazo superior a 15 dias (22 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* - Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria <la Vara, constatou-se que não há processos *sine die* e/ou constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marCada.

Não foram encontrados processos com julgamento *sine die*. Não é demais, contudo, recomendar que não seja designado o denominado julgamento *sine die*, sendo nece'ssária a intimação das partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrLç;3o processual. Nos termos do artigo 851, § 2º, da CLT, "a ata seri3, pelo presidente ou juiz, junta ao processo, devidamente assinada, no prazo imprJrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data da audiência (le julgamento ...". Caso seja seguida, subsidiariamente, a preceituação do artigo 189, li, do CPC, o prazo para serem proferidas as decisões é de 10 dias, não se aplicando a dilação de 48 horas a que se re"fere o texto consolidado.

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849 da CLT.

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO - Examinados os autos dos processos físicos e eletrônicos 01376/13, 01158/11, 01213/13, 01385/13, 0099:2/13, 010497/14, 011011/14, 011109/14, 011116/14 e 010940/14.

Foram examinados os pl'Ocessos físicos quanto cumprimento dos comandos dispostos no artigo 83:2, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa dos autos (ex: CTPS, TRCT e CD/SD). e, inclusive os processos eletrônicos, quanto bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL - Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-s~ que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.8. AÇ,6..OCIVIL PÚBLIC, \- Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabêlho, constatou-se que há 7 ações civis públicas, até esta data, em tramita(;ão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2.9. AÇÃO CIVIL COLETIVA - Consultado () sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

2.10. PROCESSOS JULGADOS - Examinados os autos dos processos 02178/12,00274/12,00787/13,01949/12,01308/13, 00714/13, 00892/13, 00745/10,00344/13 e 00800/13.

Foram objeto de verificação os procedimentos; relativos à regularidade da atuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do (e) MM. Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (certidões, conclusão e intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo e ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. Juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS - Examinados os autos dos processos 010322/14, 010281/14, 010722/14, 010819/14, 010292/14, 010469/13, 010319/14, 010648/14, 010659/14 e 010496/14.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do (a) Diretor (a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO examinados os autos, constatou-se:

- 010722/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (20 dias);
- 010648/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (23 dias);
- 010659/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (21 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
COFIEGEDORIA

010496/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência? com prazo superior a 15 dias (22 dias).

2.12. PRECATÓRIOS- Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos} precatórios no ano em curso, até a presente data, nos autos dos processos 01658/08, 00409/12, 00947/09, 01594112, 01416/06 e 01172/10, que se encontram na Secretaria de Execuções e Precatórios.

Examinados os autos do processo 00920/10, encontram-se em ordem.

2.13. PROCESSOS REQUISITADOS PELO VICE-CORREGEDOR DURANTE OS TRABALHOS DE CORREÇÃO: 011240/14, 010492/14, 010117/14, 010869/14, 010705/13, 010524/14, 011157/14, 010981/14 e 010452/14.

RESULTADO- examinados os autos, constatou-se:

- 010524/14: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência, com prazo superior a 15 dias (16 dias).

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA- Apurou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 18-8-2014:

- a) procedimento sumariíssimo: 18 dias;
- b) procedimento ordinário: 78 dias;
- c) instrução: 212 dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 18-8-2014, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) procedimento sumariíssimo: 14 dias (1º-9-2014);
- b) procedimento ordinário: 81 dias (7-11-2014);
- c) instrução: 340 dias (24-7-2015).

CORREÇÃO DE 2013: Na correção realizada em 7-10-2013, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) procedimento sumariíssimo: 14 dias;
- b) procedimento ordinário: 62 dias;
- c) instrução: *In* dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) procedimento sumariíssimo: 10 dias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª RI=GIÃO
CORREGEDORIA

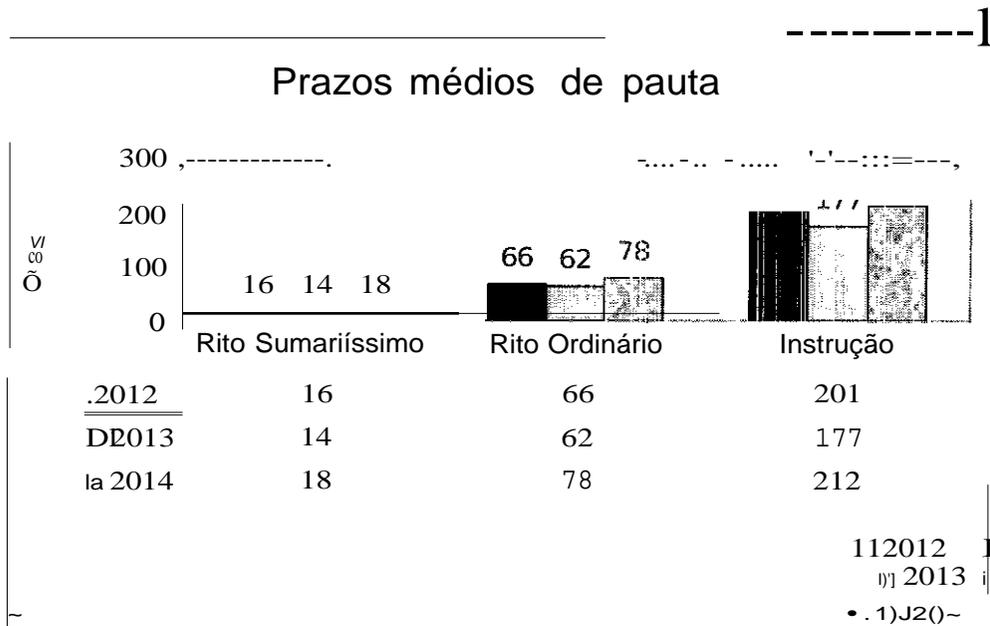
- b) procedimento ordinário: 109 dias;
c) instrução: 340 dias.

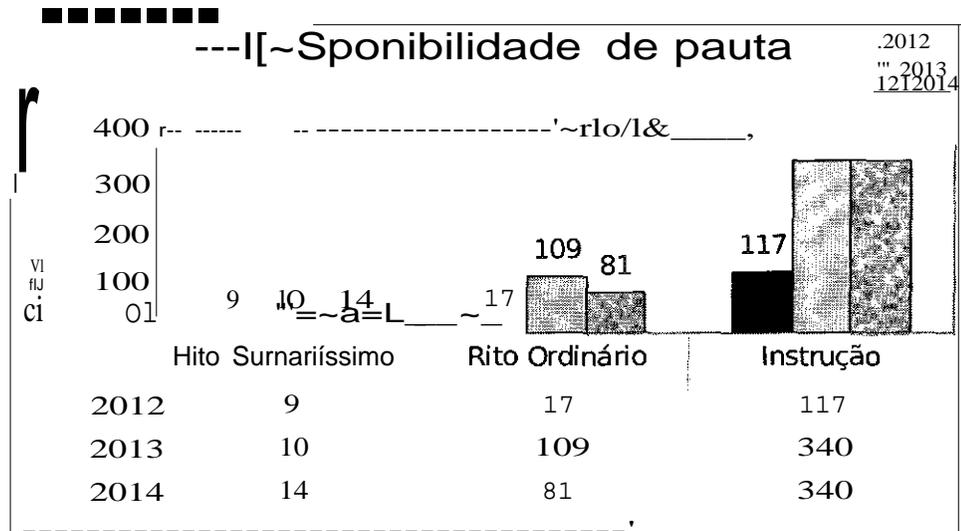
CORREIÇÃO DE 2012: Na correção realizada no dia 3-12-2012, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) procedimento sumariíssimo: 16 dias;
b) procedimento ordinário: 66 dias;
c) instrução: 201 dias.

A disponibilidade de pauta foi de:

- a) procedimento sumariíssimo: 9 dias;
b) procedimento ordinário: 17 dias;
c) instrução: 117 dias.





Obs.: Os dados acima afendos sêi) correlatos aos indicadores estratégicos constantes do Plano Plurianual 2010/2014, a saber: Indicador nº 8: índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo; Indicador nº 9 - índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária; e Indicador nº 10 - índice de celeridade processual - Audiência de Instrução.

No ano 2013, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- sentenças de conhecimento: 908, média de 4,00 por dia;
- decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração: 218, média de 0,96 por dia;
- decisões na fase de execução: 135, média de 0,59 por dia;
- total: 1.261 processos conclusos para decisão no período, média total de 5,55 por dia de expediente forense.

	Ano-2013	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	908	4,00
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	218	0,96
Decisões na fase de execução	135	0,59
Total	1.261	5,55

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS - Em junho de 2014, com 20 dias úteis, realizaram-se:

- audiências de procedimento sumariíssimo: 70, média de 3,50 por dia;
- audiências de procedimento ordinário: 84, média de 4,20 por dia;
- audiências de instrução: 52, média de 2,60 por dia;
- audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 12, média de 0,60 por dia;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

e) total de audiências: 218, média de 10,90 por dia.

Audiências	Número de Audiências	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	70	3,50
Procedimento ordinário	84	4,20
Instrução	52	2,60
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	12	0,60
Total	218	10,90

No mês de junho de 2014, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 75 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43, 90040/90043, 46 e 90046, 22 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 65 processos, conforme se verificou dos itens 039 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, a partir das 8h45min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo e ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, conforme declaração da Diretora de Secretaria, registra-se que a magistrada, Ora. Maria Iereza da Costa Machado Leão, comparece nesta Vara do Trabalho de segunda a sexta-feira, realizando audiências nos mesmos dias da semana.

De acordo com a Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 1.600 despachos por semana.

Auxílio FIXO: Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que, atuando outro magistrado (a) nesta Vara, seja observado o disposto no artigo 118-B do Provimento nº 1/2011, do TRT da 3ª Região).

5. PRODUÇÃO- Do total de 2.688 processos para solução em 2013, 1.902 foram recebidos no ano 2013, 724 são processos remanescentes de 2012 e 42 são oriundos de sentenças anuladas. A média recebida por dia útil foi de



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
 COHFIEGEDORIA

8,37. No ano 2013, foram solucionados 1.966 processos, dos quais 745 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 73,69%.

Do total de 2.588 processos para solução em 2012, 2.007 foram recebidos no ano 2012, 554 são remanescentes de 2011 e 27 são oriundos de sentenças anuladas. No ano 2013, foram solucionados 1.866 processos, nos quais, 663 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 72,10%.

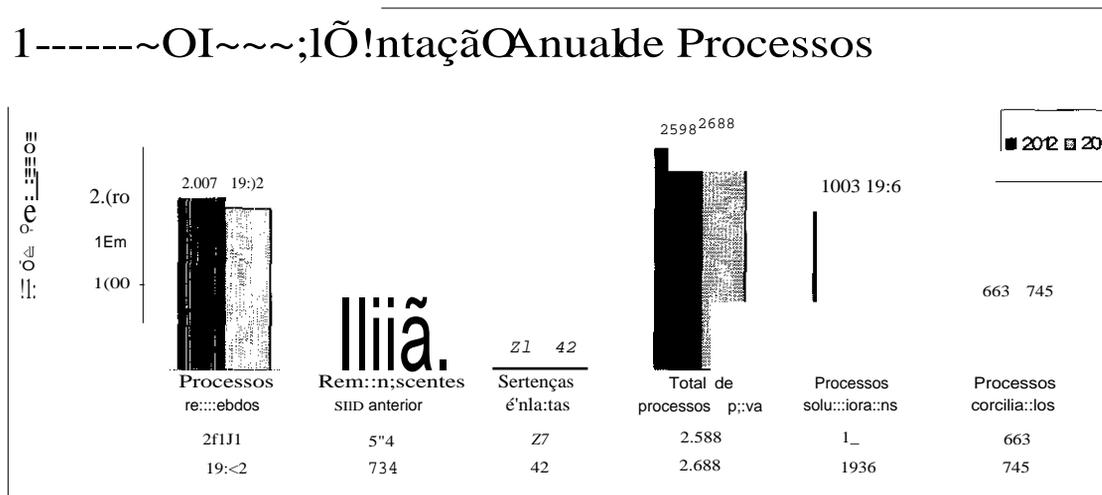
Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 5,23% no número de processos recebidos no ano 2013. Quanto à produção, verificou-se que em 2013 houve um aumento de 1,59%.

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos

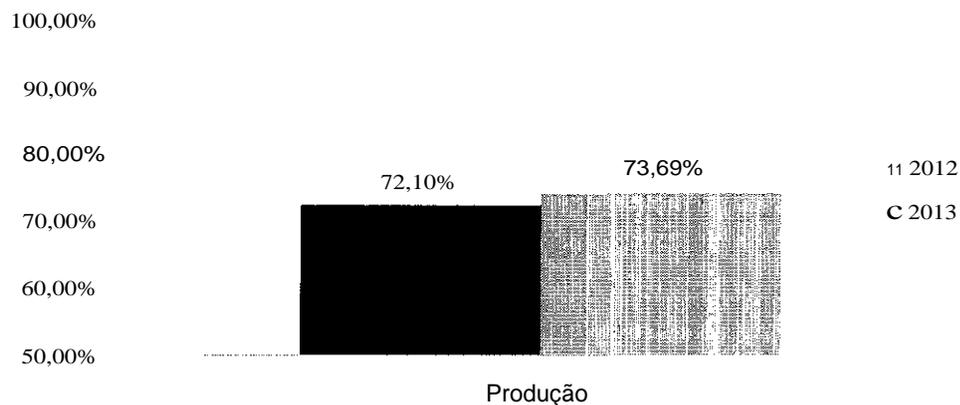
	2012	2013
Processos recebidos	2.007	1.902
Processos remanescentes do ano anterior	554	724
Sentenças anuladas	27	42
Total de processos para solução	2.588	2.688
Processos solucionados	1.866	1.966
Processos conciliados	663	745
Produção	72,10%	73,69%

Movimentação Anual de Processos





Porcentagem da Produção



6, ARRECADAÇÃO Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, ano 2013, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição	Imposto de Renda:
<u>Previdenciária</u>	
R\$3.110.218,62	R\$150.355,51

Nas Varas do Trabalho de Uberaba, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria Regional acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.648.516,78 e do Imposto de Renda em R\$145.154,05. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda acima da média.

7. PORTARIAS De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias: nº 2/2000, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e nº 1/2009, que trata das intimações aos advogados.

8, BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD - Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor constatou que a Secretaria do juízo emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACENJUD pendente nesta Vara do Trabalho.

9, DA SECRETARIA Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 1 foi encontrado excesso de prazo, aspecto que deverá ser regularizado. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 182 de 2013, que suspendeu os prazos no período de 7.1 a 19-1., 2014.

10. RECOMENDAÇÕES

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda o Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

1) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a atuação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 596 do CPC, atentando assim para a disposição contida no artigo 68, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como promovam o seu lançamento no polo passivo da execução;

2) redobrada e intensificada a atividade jurisdicional para imprimir paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo, naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, de modo a dar expressão prática ao imperativo constitucional da duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Lei Magna;

3) cumprido o Provimento nº 1/2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa falida ou em recuperação judicial;

4) cumpridas as Recomendações nº 1, de 16 de fevereiro de 2011 e nº 2, de 2 de março de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento;

5) observada, quanto à CRT instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP nº 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011, e Ato TST-GP nº 1, de 2012;

6) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, antes de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;

7) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme Recomendação Conjunta CGJTnº 1, de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2011, alterada pelo Ato Conjunto nº 4/GP.CGjT, de 9 de dezembro de 2013, divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10 de dezembro de 2013;

8) encaminhadas "cópia das decisões em que haja o reconhecimento, por meio de prova pericial, de agente insalubre no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentencas.dsst@rrj.tst.jus.br, com cópia para insalubridade@tst.jus.br", na forma determinada pela Recomendação Conjunta nº 3/GP.CGjT, de 27 de setembro de 2013;

9) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT0002/2010 - TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10/6/2010, p. 16/17, dispondo que "os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções";

10) observado o disposto no Ato GCGJT nº 17/20L, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12/9/2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000S34-85.2011, 2.00.00001, bem assim o Provimento nº 4/2012, do TRT da 3ª Região, que dispõe sobre o arquivamento provisório ou definitivo do processo de execução, conversão de autos físicos de processos de execução arquivados provisoriamente em certidões de créditos trabalhistas e promoção da execução pelo credor trabalhista;

11) informado ao INSS, por meio do e-mail regressivas@tst.jus.br, a respeito de ações trabalhistas que versam sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independentemente do trânsito em julgado, com cópia para o endereço regressivas@tst.jus.br, nos termos do OF.TSTGP nº 218/2012;

12) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho no qual haja referência às locuções



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

"Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o Recurso, na forma da lei", consoante recomendação da Corregedoria-Geral;

13) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27/2 a 2/3/2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que lhe são inerentes, notadamente, na fase de execução;

14) liberado o depósito recursal, em favor do reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal. prosseguindo a execução depois pela diferença, conforme artigo 66, I, do Provimento Geral Consolidado da CGJT;

15) realizadas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, nos termos do artigo 66, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o artigo 764, *caput*, da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para efeito deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus BONS OFÍCIOS e PERSUASÃO no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos" (grifamos), nos moldes do § 1º do referido artigo;

16) observadas as disposições do Ato nº 139, de 28-4-2014 do CSJT referente a Semana Nacional de Execução Trabalhista no âmbito do Judiciário do Trabalho para o ano 2014, especialmente, a diretriz do artigo 4º, I, sobre a "inclusão, na pauta de audiências já designada, de processos em fase de execução, liquidados e que não foram pagos, preferencialmente em número não inferior a quatro por dia";

17) cumprida a Recomendação nº 1, de 2-6-2014, da Corregedoria Regional, que reforça as determinações dos itens 15 e 16 e indica práticas complementares;

18) observado o artigo 16, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT que determina "a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos artigos 599, 600 e 601 do CPC";

19) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da



PODERJUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Justiça do Trabalho;

20) observado o artigo 89-A do Provimento nº 1/2008, da Justiça do Trabalho da 3ª Região, que disciplina os procedimentos para a utilização obrigatória das cartas precatórias e de ordem eletrônicas neste Regional;

21) na execução provisória, cumprido o que determina o Provimento nº 2, de 2 de setembro de 2013, do TST;

22) observada a determinação constante da Recomendação nº 12, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias;

23) observado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Geslão;

24) consultadas, conferidas e utilizadas, como instrumento de gestão, as estatísticas e informações do sistema e-Gestão, por meio do site da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

Recomenda, o Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

1) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189 do CPC.

2) dada especial atenção para redução do prazo de designação de audiências nos processos do rito ordinário, inaudíveis e instruções, bem como do volume dos processos de execução, com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição;

3) envidados esforços para cumprimento da Meta 1: "julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", tendo em vista os números apurados no item 11.1.

O Desembargador Vice-Corregedor reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2013:

O Desembargador Vice-Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e apreciação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
COP-REGIÓRIA

documentos, no prazo de ~2 dias, conforme artigo 189, do CPC;

2) reduzidos os prazos para realização de audiências iniciais e de instrução do procedimento ordinário.

O Desembargador Vice-Corregedor reitera a observância das recomendações acima.

11. META ESTRATÉGICA 15

11.1. METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2014:

Durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belém - PA, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, foram aprovadas as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2014, disponibilizadas no sítio eletrônico do CNJ, dentre elas, sob coordenação desta Corregedoria:

Meta 1 - Julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Meta 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, na Justiça do Trabalho, no 1º grau.

Na oportunidade, também foram definidas as Metas Específicas para 2014 que devem ser alcançadas em cada segmento de Justiça. Especificamente ao Judiciário Trabalhista, sob a coordenação desta Corregedoria Regional, foram aprovadas as seguintes metas:

Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.

Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até a data de 31/12/2011, no 1º grau.

Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Vice-Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara, relativamente à Meta Prioritária nº 1:

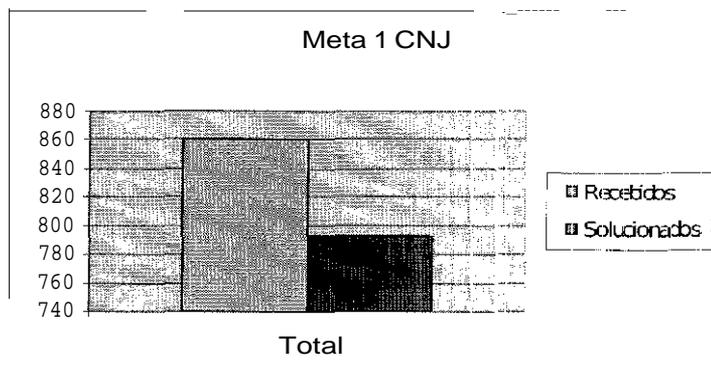
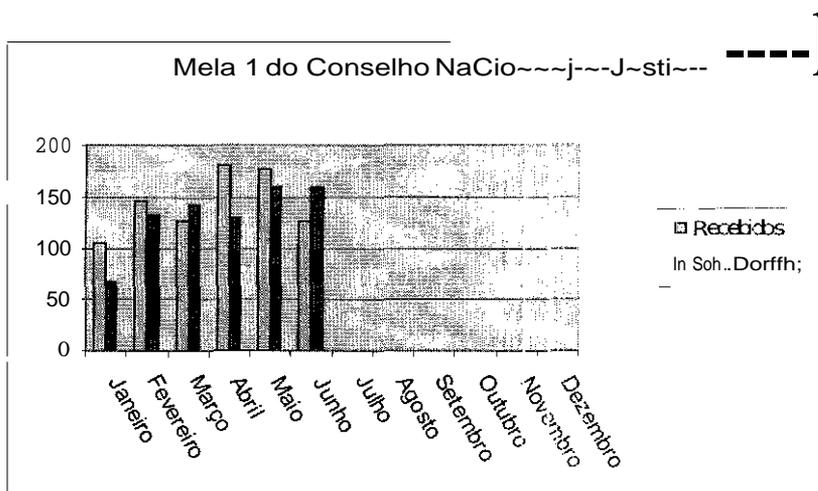
META 1 - CNJ			
1ª Vara do Trabalho de Uberaba *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Janeiro	104	67	64,4%
Fevereiro	140	133	91,1%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Março	127	142	111,8%
Abril	180	131	72,8%
Maio	177	160	90,49%
Junho	127	159	125,2%
Total	861	792	92,0%

* Dados conforme tabela estatística de "movimento processual das Varas do Trabalho" disponível no site do TRT 3ª Região



Relativamente à Meta Prioritária nº 2, conforme dados extraídos dos relatórios gerenciais da Vara, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que existem 32 processos pendentes C1 em julgamento, sendo 4 do ano 2010, 3 do ano 2011 e 25 do ano 2012.

Recomenda o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que sejam envidados esforços visando o julgamento dos processos acima indicados, buscando o atendimento à Meta Prioritária.

11.2. METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - TRT 3ª REGIÃO



PODERJUDICÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
COFIV:EGEDORIA

05 indicadores estratégicos constantes do Planejamento Estratégico para 2014 S1\0:

Indicador 7: --3xade con'Jestionamento na fase de conhecimento, 1º grau;
Indicador 8: índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo;
Indicador 9: índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária;
Indicador 10: índice de celeridade processual - Audiência de Instrução;
Indicador 11: Taxa ele (ollÇJestionamento na fase de execução.

A descriçE'o eletalhacla dos indicadores está disponível no *link* Gestão Estratégica, na página deste Regional.

Destaca-se que em relação ao indicador nº II, foi estipulada a meta de 50% para 2014. Entretanto. a meta nacional nº 5 é no sentido de reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às e>:ecuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho.

O Excelentíssimo DesE~I"bargadoMice-Corregedor ressalta a importância no cumprimento das Metas Nacionais Prioritárias nºS I, 2 e 5, que serão objeto de acompanhamento mensal pela Corregedoria, solicitando aos magistrados empenho para que o Tf~T da 3ª Região venha a cumpri-las integralmente, dispensando, assim, eventuais ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano.

12. CONTROI.EDE GASTOSE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No que se refere ao controle de gastos e responsabilidade socioambiental. porque perenes, enfatiz" o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações contidas nas Metas Nacionais Prioritárias nº 6 e 10, do ano 2010, do Conselho Nacional do Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária nº 6: recuzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel. água e combustível;

Meta Prioritária nº 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órg1íios do Poder Judiciário.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, diante da necessidade de economia inserida ncs objetivos da Administração, recomendou que esta unidade continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT da 3ª Reg,ão, err atendimento às Recomendações nº 11 e nº 27 do Conselho Nacional de justiça, de 22 de maio, de 2007, instituiu a Comissão de Responsabilidade Socioambiental para coordenar os projetos e ações institucionais de responsabilidade socioambiental, voltados à



PODERJUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

sustentabilidade, especificamente gestão ambiental e inclusão social da pessoa com deficiência.

Diante das medidas adotadas pelo Tribunal, visando alcançar o objetivo estratégico de atuar com responsabilidade socioambiental, recomenda o Vice-Corregedor: a) realizar, anualmente, a Semana do Descarte, conforme Portaria nº 97, de 2008, do TRT da 3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis e autos findos eliminados junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem, de acordo com o PARÁGRAFO ÚNICO do artigo 13 da Instrução Normativa nº 1, de 14 de junho, de 2012; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização impressão em frente e verso. Para informações, acessar o portal da Responsabilidade Socioambiental, www.trt3.jus.br/socioambiental; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) permitir a entrada e a permanência de cães-guias em todas as dependências do edifício e suas extensões, de acordo com o item "c" da Recomendação nº 27 do CNJ; f) quando houver pessoa com deficiência auditiva, participe do processo oralizado, adotar comunicação escrita ou por meios eletrônicos, bem como adotar medidas que viabilizem a leitura labial, de acordo com o item "f" da Recomendação nº 27 do CNJ; g) gerar arquivos em PDF, conforme orientações da Diretoria de Coordenação de Informática disponíveis na Intranet, Manuais Informática, garantindo a acessibilidade do documento aos deficientes visuais através de leitores de tela; h) manter atualizado o controle de bens permanentes, a fim de facilitar o inventário anual, conforme está determinado no Ato Regulamentar nº 7, de 30 de outubro de 2008.

13. OBSERVAÇÕES FINAIS - O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor recomendou que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional, qual seja "Solucionar conflitos nas relações de trabalho, por meio da contribuição de magistrados e servidores, oferecendo à sociedade justiça e desenvolvimento social".

Enfatizou que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da Visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser referência na sociedade por meio da prestação jurisdicional, caracterizada pela celeridade e qualidade no atendimento aos usuários e pela excelência dos seus processos de gestão".

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um segundo diagnóstico da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinou a última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 12h00min do dia dezoito de agosto de 2014, em sessão pública, cedida de pregão, do que, para constar, eu, Ana Paula Firpi, Assessora, em exercício, do Desembargador Vice-Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM Juíza do Trabalho Titular e pela Diretora de Secretaria. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sra. Assessora acima nominada, foi composta pelos servidores Flávio Mário F01seca e Luigi Adriano Pereira de Souza.

Luciana Alves Bezerra Ramos

Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

_____ *Luciana*

Maria Tereza da Costa Machado Leão
Juíza do Trabalho Titular

Luciana Alves Bezerra Ramos
Diretora de Secretaria